



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

## TELEVISÃO : da natureza ao ambiente

Luísa Schmidt

### Antecedentes

Os **antecedentes** desta pesquisa — sobre a qual me proponho fazer uma primeira abordagem<sup>[1]</sup> — situam-se numa investigação desenvolvida em 93-94, no âmbito de um projecto internacional, coordenado por Marcel Jollivet, e que tinha como objectivo inventariar as pesquisas em ciências

sociais sobre os problemas do ambiente em meio rural nos países europeus.<sup>[2]</sup>

À partida, a novidade da equação **Sociedade e Ambiente** entre nós, levaria a considerar muito poucas referências bibliográficas. Mas, atendendo a um elenco de disciplinas diversificado, dentro das ciências sociais, e a uma escala histórica mais profunda, naturalmente, os materiais e os textos, começaram a surgir.

No que respeita à **diversidade disciplinar** encontrámo-la nos estudos sobre história e economia agrárias; mas também na arquitectura paisagista, na geografia humana e na etnologia; nos estudos

sobre políticas de fomento rural, particularmente a silvicultura.<sup>[3]</sup>

Quanto à **escala histórica** dos problemas ambientais, ela poderia ser praticamente coextensiva à própria história económica e social do país — tudo dependendo da perspectiva a adoptar. Ou seja, os problemas da sociedade e ambiente, tanto podem ser lidos à distância arqueológica — com as questões dos povoamentos na idade do ferro — como podem ser lidos, mais tarde, no despovoamento rural e nos problemas que preocuparam uma lei das Sesmarias, ou nos movimentos demográficos do séc. XVI, a propósito dos quais escrevia Sá de Miranda: “*ao cheiro*

*desta canela o reino se despovoou*”.<sup>[4]</sup> Como ainda nos sismos do século XVIII; ou então, já no século XX, nas consequências da erosão e desertificação trazidas pela campanha do trigo; no “take-off” industrial e na localização das indústrias; nas políticas hidráulicas e energéticas e seus efeitos sociais, nos processos de urbanização e de regionalização.

Ora, para efeitos operacionais da pesquisa então desenvolvida e, como ponto de partida para uma abordagem, a análise iniciou-se na segunda metade do século XIX. Se é sempre arbitrário fazer um corte cronológico numa sequência histórica, esta opção pareceu-nos pertinente, pois foi justamente no final do século XIX que se produziram algumas das mais importantes intervenções industriais, agrícolas, florestais e administrativo-legais no território português, ou que, pelo menos, se começaram a produzir os seus efeitos mais marcantes.

Desta pesquisa configuraram-se, assim, duas conclusões cruciais:

– As questões que articulam ambiente-sociedade situam-se numa grande **diversidade disciplinar**.

– **A dimensão histórica** do problema das relações ambiente-vida social é incontornável.

Se o tema do ambiente parecia uma preocupação tão recente na sociedade portuguesa, muitos dos seus elementos, a coberto de outras configurações e noutros contextos históricos, já estavam presentes noutras épocas e noutros debates científicos das ciências sociais.

### Ambiente e sociedade

Esta profundidade histórica e dispersão disciplinar das questões de Sociedade e Ambiente — apontam justamente a importância e a necessidade de uma Sociologia do Ambiente — que perspetive

as questões ambientais à luz de uma abordagem específica.

Isto é, encontrar uma espécie de “fio condutor” que registre a dimensão sociológica dessa equação Sociedade e Ambiente, contando com a diversidade disciplinar e com a sua profundidade histórica, sem perder de vista aquilo que a caracteriza hoje.

Esta importância da dimensão sociológica dos factos ambientais e seu equacionamento é pois recente, mas já tem estimulado debates. E, por diversas ordens de razões, tem tido, dificuldades de afirmação, mesmo nos países onde a Sociologia do Ambiente já alcançou expressão clara e foi institucionalizada<sup>[5]</sup>.

A designação de uma subárea Sociologia do Ambiente nasce, aliás, nos EUA em 1979, por proposta de Riley Dunlap e William Catton.<sup>[6]</sup>

A emergência desta nova disciplina, ou “especialização sociológica”, radica no simples reconhecimento das variáveis físicas-ambientais como significativas na compreensão do comportamento humano, individual ou colectivo. Para estes autores, a base física da sociedade deixara de ser um dado adquirido da cultura ocidental moderna, pois a sua dependência excessiva da sobreexploração de recursos não renováveis, poderia pôr essa mesma cultura em causa.

O ímpeto dos crescentes movimentos sociais como consequência directa dos primeiros grandes acidentes ecológicos, a par da generalização da ideia de “*recurso finito*”, colocaram novos dilemas à Sociedade e fizeram um apelo específico a uma Sociologia própria.

O novo paradigma ambiental (**NEP — New Ecological Paradigm**), sem negar excepionalidade da espécie humana (**HEP — Human Exceptionalism Paradigm**), alerta para o facto de as tais “*excepcionais características da nossa espécie-cultura, tecnologia, organização social*” não isentarem o Homem dos “*princípios ecológicos e das influências e constrangimentos ambientais*”. As limitações ambientais passaram a condicionar explicitamente a própria sobrevivência humana. O desenvolvimento das “*forças de produção*” viria a ter aquilo que Giddens chama um “*potencial destrutivo em larga escala*” relativamente aos recursos naturais de que a sociedade moderna depende.

<sup>[7]</sup> O ambiente ganhou o estatuto de uma problemática na qual se inscreve o próprio devir dessas sociedades.

A formação de um **campo disciplinar específico sobre ambiente em Sociologia**, surge pois recentemente e duplamente motivada: pela **actualidade** e pelo **problema**. Quer isto dizer que a Sociologia do Ambiente resulta simultaneamente da pressão dos **problemas ecológicos concretos**, da consciência da sua **globalidade e complexidade**, e do reconhecimento da sua **dimensão política actual** — tanto enquanto mobilizadores de grupos sociais, como enquanto problematizadores dos quadros tradicionais de funcionamento das democracias parlamentares ocidentais. Mas resulta também da **oportunidade mediática** do tema.

De facto, entre a legitimidade política democrática, a opinião pública que a funda, e a complexidade e globalidade dos problemas ambientais, gera-se frequentemente uma desarticulação que é muitas vezes o espaço próprio de actuação dos meios de comunicação social.

A própria dinâmica absolutamente nova que os factos sociais sobre ambiente adquiriram — e que passam pela inscrição das preocupações ambientais (locais e globais) na opinião pública, bem como pela mobilização de grupos e movimentos sociais — deve-se, em grande parte, à sua **mediatização**. Os *media* actuam como catalizadores e dinamizadores das preocupações ambientais. Verifica-se uma intensificação-dramatização dos fenómenos que é imposta sobretudo pela televisão.

Em suma, destacam-se assim três traços fundamentais da **dimensão sociológica dos factos ambientais**:

– Primeiro, o mais evidente, consiste em passar a tomar os factos ambientais também como factos sociais. Isto é, avaliar aquilo que **socialmente é considerado como um problema ambiental**,

independentemente da sua real natureza física (Mormont, 93)<sup>[8]</sup>;

– O segundo, diz respeito aos “**novos**” **problemas — globalização e complexificação** — que emergem da sociedade pós-industrial e do capitalismo tardio, com que a tradição sociológica não contava (Giddens, 93) e que se prendem com a finitude dos recursos (Dunlap, 79) — o tal “*potencial destrutivo*” relativamente ao meio ambiente material — provocado pelo modelo de desenvolvimento da sociedade industrial capitalista.

– Finalmente, a dinâmica absolutamente nova que os factos ambientais adquiriram, fruto da sua **mediatização**, mobilizando a opinião pública e moldando as próprias representações sociais sobre ambiente e natureza.

## A mediatização do ambiente

Começámos por pesquisar a matéria ambiental ao nível do discurso dos **meios de comunicação social**.

Não que os *media* sejam uma espécie de bola de cristal através da qual se possa fazer Sociologia em diferido. Nem que o discurso mediático seja o equivalente das próprias questões ambientais, ou o

“alter-ego” das atitudes e representações sociais respeitantes ao ambiente. Mas, ao reflectirem e formarem ambas, os *'media'* constituem uma inestimável fonte a partir da qual será possível, em posteriores desenvolvimentos do trabalho, construir novos objectos e aprofundar a questão. Certo é o papel dos meios de comunicação social na construção dos fenómenos culturais e sociais ser actualmente, axial. E mesmo que sobre eles ainda haja “mais interrogações do que certezas”, o certo é que os *media*, como escreve Paquete de Oliveira, “estabeleceram uma nova ordem social e cultural”, isto é, desde o seu advento e domínio que os *media* “transformaram o modo de viver, sentir e pensar dos cidadãos no mundo”.<sup>[9]</sup>

Esta **articulação entre ambiente e meios de comunicação social** já foi equacionada por diversos autores, desde que, nos anos 60, o ambiente se constituiu como problema de preocupação pública e política e foi ganhando espaço nas agendas mediáticas. Mesmo que os *media* não determinassem “o que pensar do” ambiente, obrigaram pelo menos “a pensar em” ambiente. Muitos destes estudos, começaram por encontrar correlações positivas entre a projecção mediática e as sondagens da opinião pública: o grau de interesse público manifesto pelas questões ambientais, variava na razão directa do volume da sua cobertura e relevância mediáticas (Funkhouser, 73; Murch, 71; Trop & Ross, 71).<sup>[10]</sup>

Centrando-se na análise dos efeitos das agendas dos meios de comunicação social, estas e outras abordagens, partem do princípio que, especificamente nas questões ambientais, os *media* cumprem também um papel de fonte primordial de informação e mesmo de formação, já que o público

teria pouco acesso a outras fontes (Murch, 71; Atwater, Salwen e Anderson, 85).<sup>[11]</sup> Muitas vezes, eles são a primeira, senão a única, forma de distribuição dos conhecimentos e saberes ambientais, até porque, em muitos países, a “cultura ambiental” está ausente de outras instituições de socialização, como a família, a escola, os empregos e os lazeres. É o caso português.

Mas, para abordar o papel dos *media* do alastrar da preocupação pública dos problemas ambientais, não basta conhecer os conteúdos das suas mensagens actuais, interessa avaliar todo o processo — histórico e cultural — da sua formação. Ou seja, é preciso compreender como é que os problemas ambientais se controem socialmente a partir das “ressonâncias” ou quadros culturais

pré-existentes aos problemas transmitidos (Gamson e Modigliani, 84).<sup>[12]</sup>

Os *media* ajudaram essa construção — contribuindo para a emergência e ampliação públicas que certos temas ambientais assumem em determinados contextos e épocas; distribuindo conhecimentos e saberes ambientais, nomeadamente sobre as questões globais; desempenhando, em suma, um papel proeminente na mobilização e formação da opinião pública. Configuram, portanto, grande parte daquilo que o público hoje considera “ambiente”.

Decidimos, para o caso português, começar por trabalhar a dimensão social das questões ambientais por via da sua expressão mediática, mais particularmente, as metamorfoses por que foram passando as representações e valores ambientais na televisão portuguesa.

## A hegemonia televisiva nacional

Mediaticamente o país pode-se considerar sob o **efeito hegemónico da televisão**, um meio de comunicação social que, praticamente até hoje, nunca sofreu relativização.

Esta hegemonia da televisão no contexto da sociedade portuguesa deve-se a inúmeros factores. Desde a tradição de uma sociedade iletrada na qual a imprensa penetra mais dificilmente, até à fraca diversidade de alternativas de lazer, passando pela sofisticação crescente dos seus recursos tecnológicos, e pelo próprio ambiente comunicacional envolvente que a televisão cria, bem como o seu impacto no espaço público — fazem dela o grande meio de comunicação com níveis de audiência concentrados e garantidos.

Analisemos, muito brevemente, a evolução de alguns desses indicadores.

a) **Níveis de audiência** — o consumo televisivo é claramente preponderante face aos outros meios de comunicação social. Desde que as emissões televisivas regulares se iniciaram em 1957, a captura de públicos cada vez mais diversificados foi crescendo sempre, acompanhando a instalação progressiva de transmissores por todo o país. Registe-se contudo, que a televisão de que falamos, durante 35 anos (57/92), manteve-se um monopólio da Radiotelevisão Portuguesa (RTP) e um

“domínio reservado” do Estado.<sup>[13]</sup>

Os resultados de um dos primeiros estudos de audiências por inquérito directo ao país realizado em 1969, indicavam então que cerca de 83% da população declarava ter “visto televisão na semana

em estudo”.<sup>[14]</sup> Recorde-se que, nessa altura, a RTP já cobria 95% do território continental e cerca de 90% da população encontrava-se servida, isto é, com possibilidades de aceder às emissões,

mesmo que ainda não possuísse o aparelho televisivo em casa.

Mas desde que os estudos de audiência começaram, nos anos 80, a ser feitos com regularidade, que se verifica uma multiplicação contínua dos tempos ocupados com televisão.

Hoje, o país apresenta os índices de audiência televisiva mais elevados da Europa: segundo

estudos recentes, cada português vê, em média, entre 3h e 4h de televisão por dia.<sup>[15]</sup> Também um inquérito às práticas culturais dos lisboetas comprova a centralidade da televisão sobretudo nos

dias livres: em média vêem-se 3h 7m.<sup>[16]</sup> E, em estudos longitudinais anteriores, já se havia constatado que, entre 1984 e 1990 a taxa de consumo televisivo diário crescera gradualmente para

todos os sectores etários da população.<sup>[17]</sup> Situação que se prolonga para os últimos 5 anos (91/95), tendendo, aliás, a agudizar-se depois da liberalização da televisão. Isto é, a partir da segunda metade de 92, verifica-se ainda um crescimento da taxa de consumo televisivo, dispersa,

no entanto, pelos dois novos canais privados — SIC e TVI.<sup>[18]</sup>

Em contrapartida, os cidadãos portugueses, no contexto da UE, apresentam os menores níveis de leitura de jornais e revistas.

Mesmo assim os tipos de publicações que mobilizam mais leitores, por ordem decrescente são: jornais, revistas e depois livros. Um inquérito à leitura, realizado em 1990, já tinha apontado os baixos níveis de leitura de livros: 47% nunca os lêem; apenas 8% da população lê mais de cinco livros

por ano.<sup>[19]</sup>

Seis anos depois, o Estudo Nacional de Literacia, realizado em 1995, veio confirmar, mais uma vez, a “razia” dos índices de leitura de livros (79% não lê e 14% só lê um a dois livros por ano), de revistas (50% não lê e 17% lê-as uma vez por mês) e de jornais (41% não lê e 15% lê uma vez por

mês).<sup>[20]</sup> Um contraste abissal face à “overdose” da exposição televisiva. Aliás, o mesmo estudo conclui que, entre as práticas de leitura solicitadas pela vida quotidiana actual de carácter mais informal, é a leitura de “legendas de televisão” que atinge maiores percentagens.

b) **Práticas de lazer** — Além da sua duração de audiência quotidiana face aos outros meios de comunicação social, a hegemonia da televisão, verifica-se também ao nível dos lazeres. Ela constitui a actividade de lazer mais regular e preponderante para todos os portugueses (sejam eles mais novos ou mais velhos, mais ricos ou mais pobres, menos e mais letrados).

O estudo já citado sobre as práticas culturais dos lisboetas demonstra, por exemplo, que ver televisão, é

a actividade lúdica mais frequente na ocupação dos seus tempos livres.<sup>[21]</sup> As práticas mediáticas lideradas pela televisão — mas incluindo também rádio, música, jornais e revistas — contribuem para moldar uma cultura de domesticidade, que diminui e relativiza a importância dos espaços públicos nas práticas de lazer e culturais.

O próprio cinema tem perdido gradualmente os seus espectadores, sobretudo desde 1980 — ano em que a televisão passou a emitir a cores. Por exemplo, se em 1984 cerca de 54,5% de portugueses nunca iam ao cinema, em 1990, este absentismo das salas de cinema aumentou para 61%. O cinema passou a visionar-se em casa — a partir do momento em que o mercado do vídeo se legalizou, em 1986.

Noutros países, nomeadamente nos EUA, também se verificou que, durante os anos 80, a televisão tirara lugar à BD, aos cineteatros e a muitas revistas “populares”. Nuns casos por captação excessiva

de audiências e noutros por concentração excessiva das receitas publicitárias.<sup>[22]</sup>

Entre nós, a televisão atrai muito mais investimento publicitário, proporcionalmente aos outros meios de comunicação social. Contrariamente ao que se passa em muitos países europeus, por cá o desfasamento é muito grande, cabendo à televisão, em média, mais de 2/3 do total investido

em publicidade.<sup>[23]</sup> Esta tendência também se agudizou com a “guerra das audiências” desencadeada desde a liberalização das emissões televisivas.

Relembre-se ainda que, o facto de a televisão ter sido sempre altamente protegida pelo Estado, acabou por prejudicar os outros media, reforçando-se ainda mais o seu poder.

Mas a omnipresença da televisão vai mais longe.<sup>[24]</sup> Não é só o tempo que se vê, nem os lazeres que substitui; é o tempo que depois se despende a comentá-la: o visionamento funciona como indutor de convivialidade e de conversas. Pelo menos no caso de 84% dos habitantes da grande

Lisboa, para quem é habitual comentar os programas emitidos.<sup>[25]</sup>

c) **Aumento de aparelhos televisivos** — O simples consumo de aparelhos televisivos, permite verificar que ele foi sempre crescente, embora se multiplique consideravelmente ao longo dos anos 80, o que não será alheio à difusão da televisão a cores. Hoje, cerca de 99% dos lares têm pelo menos uma televisão. Segundo os últimos indicadores de conforto do INE, os lares portugueses têm, aliás,



mais televisores do que frigoríficos. <sup>[26]</sup>

**d) Desenvolvimento tecnológico e complexificação da programação** Outro aspecto da hegemonia televisiva, relaciona-se com a sua capacidade tecnológica que tem permitido, não só uma progressiva captura da atenção pública — até pelo alargamento dos horários de emissão — como também, a crescente eficácia dos seus efeitos.

Datam de Setembro de 1956 as primeiras emissões experimentais da televisão portuguesa — a RTP — mas só a partir de Março de 1957 se iniciaria a sua regularidade.

Inicialmente a emissão da RTP limitava-se a um horário nocturno e na sua programação dominavam as produções nacionais — teleteatro, musica ligeira, noticiário em directo. Rareavam as reportagens, sendo as primeiras sobre catástrofes naturais: vulcão dos Capelinhos nos Açores (1957) e terramoto de Agadir (1959). De resto, só alguns programas documentais estrangeiros cedidos pelas embaixadas. Além de rubricas célebres e duradouras — como foi a TV Rural, ou de séries como a “*Lacey*” e o “*Mr. Ed*”, todas iniciadas entre 1959 e 1961.

A programação foi-se complexificando, embora de uma forma lenta, e mantendo durante muito tempo o seu carácter predominantemente pedagógico e sempre politicamente instrumentalizado — desde que Marcello Caetano, então Ministro da Presidência e interino das comunicações, pretendia fazer

da televisão “*um meio de elevação moral e cultural do povo português*”. <sup>[27]</sup>

Mas, a própria alteração dos programas — deve-se em grande parte à evolução dos recursos técnicos, que revelam também por sua vez, uma maior predisposição para “progredir”. Recorde-se que esta semiabertura vai de par com uma tecnocracia já virada para a Europa, cujo sinal mais evidente fora a adesão de Portugal à EFTA em 1959. Estes factos, como iremos ver, também se reflectem no tipo de programas transmitidos e nas representações então transmitidas sobre a ideia de progresso e desenvolvimento.

Momentos importantes desta evolução foram assim o início dos anos 60 com o início da **era dos satélites** — que criou a possibilidade de transmissão via Eurovisão (pela primeira vez em 1960), via transatlântica em 1962 e a Mundovisão em 1964. Também em 1964, a invenção dos equipamentos de gravação magnética, estimularam a importação de programas estrangeiros. Em 1969, uma grande parte do mundo pôde assistir em directo à chegada do homem à lua. Mas foi sobretudo a adesão ao serviço diário de **trocas de informação com a Eurovisão**, a partir de 1970, que marcou uma certa abertura ao exterior, coincidente com a Primavera Marcelista, apesar de continuarem as restrições da censura.

É então que se inicia também o 2º Programa, actualmente designado por TV2, e a emissão se estende regularmente à hora do almoço. É ainda uma época de melhoria técnico—profissional e de aumento da implantação dos retransmissores.

Os anos 80 e o começo da **televisão a cores** marcam outro momento importante, com o conseqüente aumento progressivo da captação de telespectadores. O grande “boom” de vendas de aparelhos a partir dessa altura é, a este propósito, significativo.

Corresponde sem dúvida à passagem de uma fase em que as mais fortes situações de comunicação deixam de se caracterizar tanto pelos actos políticos e passaram a caracterizar-se mais por actos lúdicos, mais ligados ao mundo do consumo e à nova publicidade e à expansão das novelas. É nesta altura que o carácter pedagógico da televisão cede definitivamente o lugar à sua função lúdico-recreativa, pelo menos no Canal Um. A própria dependência progressiva das receitas

publicitárias, vai reforçar a “*função de entretenimento*” da televisão. <sup>[28]</sup>

Mas este é também o período pós-adesão à União Europeia (86), em que se verificam melhorias significativas do “*produto televisivo*”, tanto na estrutura organizativa das indústrias dos media, como no que respeita aos jornalistas, como ainda nas técnicas, estilos e discursos, incluindo

o recurso a estratégias de interacção com os públicos (Paquete de Oliveira, 93). <sup>[29]</sup>

Seria na segunda metade dos anos 80, quando 90% das casas já estavam equipadas com televisores, que se registariam as primeiras intervenções da televisão em problemas globais — Live Aid sobre a fome na Etiópia.

1990, ano da aprovação da legislação que abriu o serviço televisivo aos **operadores privados**, marca o início de uma viragem crucial na história da televisão em Portugal — que deixa de ser definitivamente um monopólio estatal.

É a década das televisões privadas e muitas das alterações dos horários e dos aspectos específicos de programação foram fruto da “guerra das audiências” a partir do momento em que foi anunciada a liberalização televisiva em 91 e, mais ainda, quando, em 1992, a SIC e a TVI iniciaram as emissões. Os anos 90 correspondem assim ao reforço de todos os indicadores anteriormente enunciados: aumento generalizado de aparelhos, crescimento do número de horas de emissão e dos níveis

ou “overdoses” das audiências, e de uma programação cada vez mais comercial. <sup>[30]</sup> Bem como, o recurso crescente a estratégias de envolvimento e interacção dos *media* (sobretudo rádio e televisão)

com o público, trazendo à emissão, por vezes de forma dramatizada, muitas das preocupações da população.

Mas, na linha dos nossos interesses, o que importa sublinhar é que, este é o tempo de consolidação explícita e relevante dos **problemas ambientais** — assim mesmo designados — na agenda televisiva<sup>[31]</sup> reflectindo, aliás, a regularidade da questão ambiental noutros meios

de comunicação social, como as rádios e os jornais.<sup>[32]</sup>

A evolução do número de programas sobre ambiente na RTP entre 1957 e 1994 é, a este propósito, esclarecedora: apesar de a curva ser sempre ascendente, nos anos 90 verifica-se uma verdadeira inflação de emissões televisivas sobre ambiente. Em quatro anos (90-94) passaram mais programas sobre o tema do que em toda a década de 80.

## Percurso metodológico

No caso específico deste trabalho, tratava-se de pesquisar na programação televisiva, o percurso anteriormente seguido pelas questões ambientais.

A primeira opção foi distinguir aquilo que era **material noticioso e não noticioso**, por nos parecer que cada um destes tipos de programação merecia tratamentos autónomos, e, também por ser mais operacional pesquisá-los em momentos diferentes.

Centrámo-nos primeiramente nos programas não-noticiosos seleccionados nos Anuários da RTP que existem desde 1964. Antes deste ano, no período compreendido entre 1957 e 1963, a recolha foi realizada nos Arquivos e nos Serviços de Estatística da RTP, através dos registos feitos “manualmente” na fase inicial da televisão.

A segunda opção foi **alargar ao máximo a categoria Ambiente** na pesquisa dos elementos que a podiam implicar. Trata-se de uma categoria caracterizada por uma grande plasticidade — que encerra múltiplas dimensões — e cujos contornos não estão pré-definidos.

Assim, para evitar perder informação, considerou-se preferível “pecar por excesso”, optando-se por abarcar uma larga quantidade de elementos com ligações mais ou menos directas ao Ambiente — no seu sentido mais transversal. Partimos pois, em busca de um universo de dados, que resulta da opção metodológica de dar uma grande **folga conceptual ao tema Ambiente**.

Procuraram-se e seleccionaram-se, com uma **abrangência extrema**, os programas televisivos não-noticiosos que incidiam sobre temas que vão desde as questões de índole rural até às questões industriais, passando pelas questões da relação Homem- Natureza e ainda pelas questões relacionadas com os chamados problemas globais ao nível planetário.

Feito o levantamento nos arquivos e anuários da RTP entre 1957 e 1994, criou-se uma base de dados com **8524 programas** processados informaticamente, onde se registaram uma série de indicadores: ano, mês, canal, audiência, frequência, tipo de programa e respectivo título, conteúdo, local, tempo de duração e o número de programas de ambiente sobre o número total de episódios de cada série ou programa.

Sobre estas fichas realizaram-se dois tipos de análise:

- uma **análise quantitativa** sobre a frequência, a audiência, a duração, as datas de emissão, o canal, o tipo de programas e a origem da sua produção. ao longo das três décadas estudadas;
- uma **análise qualitativa**, incidindo sobre os temas dos programas seleccionados, tendo em vista a construção de categorias que traduzam os conteúdos enunciados em cada ficha de registo.

Como primeiro ensaio de aplicação visionou-se ainda a totalidade dos filmes dos anos de 57, 58 e 59, aos quais se aplicou uma análise temática.<sup>[33]</sup>

## Análise de resultados

Pela análise desses três primeiros anos de emissão (57-59), é possível delinear já algumas configurações sobre o mundo-natural representado, bem como encontrar tipos de relação estabelecida entre o Homem e a Natureza.

a) A imagem mais recorrente desse natural, é o **Mundo-Animal**. Os animais predominam como expressão da natureza, embora assumindo diversas formas. Desde logo, o mundo-animal na sua **versão miniatura**, com os bichos pequeninos encenados sobretudo nos jardins zoológicos — a zebrinha, o leãozinho, o macaquinho, e até o camelozinho bebé — são imagens recorrentes ao longo

dos três anos analisados.<sup>[34]</sup> Esta miniaturização dos animais que, por sua vez, apela às miniaturas de gente — as crianças — torna-se um elemento central da **atitude afectiva** que vai caracterizar um tipo de relação aos animais.

Surge depois o **animal exótico e divertido**, ora por ser admirável, espantando exactamente pelas suas capacidades como é o caso do peixe de dimensões gigantescas, visitável num aquário ("*Juventude no Mundo*", 1957); ora sobretudo por serem animais **capazes de fazer diversas habilidades**, como os cães inteligentes, que fazem as compras aos donos ou andam de bicicleta ("*O cão que faz recados*", 1957), ou os ratos que se exercitam no trapézio ou na cabeça das crianças ("*Cinema Trolaró*", 1957).

Todos eles, aliás, animais de um universo próximo e familiar, bem diferentes dos animais exóticos na distância das selvas tropicais. Esta imagem do animal domesticado e familiar, remete facilmente para séries de ficção como a *Lassie*, a *Judie*, e o *Mr. Ed*, quase contemporâneas destes primeiros programas, marcando uma atitude de diversão com os animais.

Em seguida, temos o **animal subordinado à dominação humana**. São as recorrentes sessões de hipismo (aprendizagem, *raids*, concursos, desfiles), as corridas de galgos, a largada dos pombos, e indo mais longe ainda, as **touradas** e a **caça**. Há imagens de animais caçados que, à distância de três décadas, parecem impensáveis. Trata-se da exibição ostensiva e vitoriosa dos troféus: a cabeça, a orelha e as patas das raposas, com que se fazem festas às senhoras presentes nestas caçadas ("*A caça às raposas*", 1958); ou então, as lebres penduradas pelas patas à cintura dos caçadores, ou as perdizes, em cacho, penduradas pelos pescoços ("*Abertura da época da caça*", 1957).

Há ainda o animal subordinado por se ter tornado um simples produto de **criação**. Mostram-se, nomeadamente, os primeiros aviários de frangos, como no programa "*Do ovo ao espeto*" (1957) e, sendo também o motivo de um dos primeiros programas da série TV Rural do Eng.<sup>o</sup> Sousa Veloso, iniciada em 1959.

Próximo deste quadro de subordinações lúdica e produtiva, estão ainda outros **animais capturados**, os quais dão continuidade a uma das raras figurações de uma relação entre Homem e animal mediada directamente por uma função de trabalho: a pesca e o trabalho dos pescadores. Um bom exemplo, é o programa "*O mar também dá o pão*" (1958); ao mesmo tempo que surgem também programas sobre pesca desportiva em rios hoje absolutamente impraticáveis, como os rios Almonda, Alviela e Tejo.

**b)** Imagem menos frequente que a do mundo-animal, é, para esta altura, a do **Mundo-Vegetal**, que surge sobretudo como **relação produtivista** à natureza. São as culturas de trigo, do vinho e as lavouras. Nos três anos analisados festeja-se respectivamente os 28<sup>o</sup>, 29<sup>o</sup> e 30<sup>o</sup> aniversários da Campanha do Trigo. A partir de 59 o TV Rural passará a tratar regularmente das questões agrícolas. Mas aparece também o mundo-vegetal **decorativo**, como as flores e os jardins, repetindo-se aqui a mesma tendência identificada no mundo-animal para a miniaturização e para a relação lúdica. Por exemplo, os filmes "*Como fazer um jardim na ponta de um alfinete*" (1958) ou a série "*Micro-jardins*" (1958).

Mas a natureza surge também ampliada e globalizada como **paisagem**. E, nesta translação da natureza para a paisagem, a relação diversifica-se. É sobretudo a **natureza-aventura** que articula a paisagem ao desafio e à expedição, ora enquanto natureza bravia, ligada ao vigor da adolescência ("*As Berlengas*" e a aventura dos escuteiros, 1958); ora como natureza-uso, ligada aos rios, onde se fazem concursos de pesca, de natação ("*Travessia do Tejo a nado*" como prática anual) e de canoagem ("*Descida do Douro*", 1959).

**c)** Outra representação marcante na **relação Homem-Natureza** é a do **domínio intrusivo** daquele sobre esta. Temos então o homem protagonista que constrói fábricas, sendo estas representadas como imagem positiva de fábrica-labor. Quanto mais fumo a sair pela chaminé, maior o valor da indústria. São os casos da inauguração de uma fábrica de amoníaco em Estarreja (cuja legenda inicial versava assim: "*Dos portugueses de hoje, para os portugueses de amanhã*", 1959), ou o caso da instalação da Siderurgia Nacional, com canos vertendo eloquentemente para uma lagoa (1958). Mas são sobretudo as imagens ainda hoje impressionantes da construção das barragens — Cávado (1957), Liz (1957), Paradela (1958), Picote (integrado no Programa "*Projecto Hidroeléctrico no Douro*", 1959) — "*vencendo os rios*", "*dominando penhascos e serranias*" aplicando "*milhares de m<sup>3</sup> de betão para produzir milhões de kwatts*" (Cávado, 1957), com "*recurso a numerosos volumes de mão de obra*", que escavam uma caverna "*equivalente a um edifício de 10 andares para produzir 8 mil milhões de kwatts por hora*" (Picote, 1959).

A imponentia das grandes obras ainda cria um fascínio que nenhuma sensibilidade naturalística vem relativizar. Mesmo que para isso seja preciso destruir aldeias, tal como acontece ao filmarem uma aldeia alagada pelo Cávado acompanhando com o seguinte texto de fundo: — "*estas ruínas em vez de desolação significam progresso*".

É quase um feito épico, cujas proezas são sublinhadas em frases como fazer a "*luz nascer na serra*", através das barragens, bastando "*carregar num botão*", para as pôr a produzir electricidade. São "*as mais modernas tecnologias aplicadas às mais antigas serranias imprimem nova vida na região*" (Picote, 1959).

"*Progresso*", "*progredir*", "*abrir novos horizontes ao progresso*" são frases recorrentes nos programas sobre a construção de barragens.

Esta instrumentalização da natureza, já presente na atitude produtivista agrícola e pecuária, assume aqui uma dimensão técnica e científica superlativa e, cujo epítome é o domínio da **energia nuclear**. Esta aparece como uma espécie de maravilha da ficção científica no presente, ilustrada por uma série de programas explicativos sobre o átomo, e por outros exercícios de divulgação de algumas experiências e, até mesmo referida explicitamente como uma “*forma de energia do progresso*” a par de outras, aquando da apresentação do Plano Hidroeléctrico do Douro (1959).

**d)** Mas, no pólo oposto desta instrumentalização da Natureza pelo Homem, está a sua sujeição às **catástrofes**. Estas aparecem como o reverso da intervenção da engenharia visível nas fábricas e nos energéticos e, todas elas ainda estritamente naturais: vulcões (Capelinhos, Açores, 1957), cheias (Tejo e em Lisboa em três anos consecutivos 57-59), violentos temporais no mar (por exemplo, o programa “*Fúria no Mar*”) e em terra (“*Tragédia provocada por tempestade*”, 1959). Tudo expressões de um Homem à mercê da Natureza (rebelde) e não ainda vítima das rupturas que ele próprio lhe introduziu.

## Nota final

Como acabámos de verificar, a simples inspecção temática dos programas emitidos, entre 57 e 59, já permite esboçar um quadro onde se configura a emergência de algumas categorias da Natureza e da relação Homem-Natureza, embora ainda bem longe daquilo que são hoje as preocupações ambientais. Torna-se agora necessário, avaliar a **metamorfose destas categorias** bem como o **aparecimento de outras novas**, sobretudo tendo em atenção o momento em que a questão ambiental aparece especificamente categorizada como tal.

Estamos por enquanto em 1957, 58 e 59. Não passarão 20 anos até que, na programação da RTP, emerja algo designado especificamente como **Ambiente**.

Quando ela surgir, não terá surgido do nada. Espera-se, nessa altura, conhecer suficientemente bem de onde, a partir de quê e herdando que ligações, ela se irá construir.

[1] A pesquisa enquadra-se num projecto mais vasto sobre “Ambiente e Opinião Pública” apoiado pela *Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)*, no quadro do Programa *Fórum Ambiental Luso-Americano (FALA)*.

[2] O projecto intitulado: “Les Recherches en Sciences Sociales sur les Problèmes d’Environnement en Milieu Rural dans les Pays Européens”, e levado a cabo no Group de Recherches Sociologiques, CNRS, Université de Paris X Nanterre, foi realizado em colaboração com Maria Inês Mansinho. Dele resultou um relatório e um inventário bibliográfico.

[3] Trata-se de abordagens disciplinares que revelam particular sensibilidade aos problemas do ambiente na vertente que articula a relação do Homem com a Natureza.

[4] Sá de Miranda, citado por Hernâni Cidade, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, Vol. I, Agência Geral das Colónias, 1943, pp. 111.

[5] Laska, S. B. - “Environmental Sociology”, in *Social Forces*, Vol. 72, nº 2, 1993.

[6] Riley Dunlap e William Catton, “Environmental Sociology” in *Annual Review of Sociology*, nº5, 1979.

[7] Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras, 1992.

[8] Mormont, Marc, *Sciences Sociales et environnement - Approches et conceptualisations*, Fondation Univ. Luxembourgeoise, Belgique, 1993.

[9] J. M. Paquete de Oliveira, “Comunicação Social, Verso e Reverso do País Real e Imaginário”, in *Portugal Hoje*, INA, 1994.

[10] Funkhouser, G. R. - “The Issues of the Sixties: An Exploratory Study in the Dynamiques of Public Opinion” in *Public Opinion Quarterly*, 37, 1973; Murch, A. W. - “Public Concern for Environmental Pollution” in *Public Opinion Quarterly*, 35, 1971; Trop, C. and Ross, L. L. - “Public Opinion and the Environmental” in *The Politics of Ecosuicide*, NY, 1971.

[11] Murch, op.cit.; e também Atwater, T., Salwen, M. B. e Anderson, R. B. - “Media Agenda-setting with Environmental Issues” in *Journalism Quarterly*, 62, 1985.

[12] Gamson, W. A., Modigliani, A. - “Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: a Constructionist Approach” in *American Journal of Sociology*, 95, 1989.

[13] Mário Mesquita, “Os meios de comunicação social” in J. Mattoso (coord.) *Portugal, 20 anos de democracia*, Ed. Círculo de Leitores.



- [14] Este estudo foi encomendado pela Divisão de Relações Exteriores, Serviço de Estatística, da RTP, à SERTE - Sociedade de Estudos e Realizações Técnico-Económicas SARL. O trabalho de campo processou-se na 2ª semana de Janeiro de 1969. O relatório de análise - "Auditorio Nacional de Televisão" - foi publicado na revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*, nº1, Janeiro - Abril, 1970. Ed. Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- [15] Num artigo publicado em 1993, José Rebelo refere uma média de 3 h 44 m apresentada num estudo comparativo europeu. Rebelo, J. "No primeiro aniversário da televisão privada em Portugal", in *Análise Social*, nº 122, Lisboa, 1993.
- [16] José Machado Pais (coord.) e al, *Práticas Culturais dos Lisboaetas*, Ed. Estudos e Documentos, ICS, UL.
- [17] Já a rádio, embora mantendo elevados níveis de audiência, fora perdendo a sua regularidade diária, a favor da televisão. L. Schmidt, *Procura e Oferta Cultural e os Jovens, Cadernos do Instituto de Ciências Sociais*, nº 6 ICS, IJ, Lisboa 1993.
- [18] V. dados da Marktteste e também da AGB. A RTP - Canal 1 mantém contudo a sua liderança até 1995, ano em que dá o 1º lugar à SIC.
- [19] E.Freitas e Mª L. Lima dos Santos, *Inquérito aos Hábitos de Leitura*, Instituto Português do Livro e da Leitura, CIES, Lisboa 1989.
- [20] [20] A. Benavente e al, *Estudo Nacional de Literacia*, Lisboa, ICS, UL, 1995.
- [21] J. M. Pais e al, op. cit.
- [22] George Comstock, "The Medium and the Society - the Role of Television in American Life", in Gordon L. Berry e Joy K. Asamen, *Children & Television - Images in a Changing Sociocultural World*, Sage Publications, London, 1993.
- [23] Ver a este propósito L. Schmidt, "A Publicidade em Portugal" in *O Discurso Publicitário e a Construção da Juventude como Categoria Social*, Lisboa, ICS, 1990.
- [24] Paquete de Oliveira, J. M., op.cit.
- [25] Sendo que os tipos de programas vistos mais frequentemente são a informação e as telenovelas, J.M. Pais, op. cit.
- [26] INE, *Estatísticas de Indicadores de Conforto*, Lisboa, 1995.
- [27] R. Cádima *O Telejornal e o Sistema Político em Portugal no tempo de Salazar e Caetano (1957-1974)*, vol. 1, UNL, Lisboa, 1992.
- [28] Nelson Traquina, "A programação televisiva portuguesa na nova era da concorrência" in *Revista da Comunicação e Língua*, nº 20, Lisboa, 1994.
- [29] J.M. Paquete de Oliveira, op. cit.
- [30] Uma análise realizada à programação televisiva em 1993 conclui, que o operador televisivo com a programação mais comercial é a própria televisão pública. In Nelson Traquina, op.cit.
- [31] A. Horta, *Entre a Vida Selvagem e a Cidadania: A Mediação Televisiva do Ambiente*, ISCTE, Lisboa, 1995.
- [32] Susana Valente, *O "verde" e a comunicação social: os processos de produção da "notícia-ambiente"*, ISCTE, Lisboa 1994.
- [33] A maior parte destes programas visionados no Arquivos Históricos da RTP, infelizmente já não tinha som.
- [34] As visitas aos jardins zoológicos situados em diversos países ocidentais (Alemanha, Suíça, Canadá, etc.) são constantemente reportadas, desempenhando as crianças um papel activo, ora dando biberon aos ursos, ora brincando com os chimpanzés e mesmo com os pequenos leões. Vejam-se, por exemplo, alguns episódios da série "*Juventude no Mundo*" (1957/59) ou "*Leões-bébés brincam com marionetas*" (1959).